

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Projeto de Resolução n.º 64/XII

“Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”

22 DE JUNHO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o **Projeto de Resolução n.º 64/XII – “Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”**.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelo Grupo Parlamentar do PSD, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do mesmo diploma.

Assim, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete à respetiva comissão especializada permanente apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.



APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

Veio o Grupo Parlamentar do PSD apresentar um requerimento de baixa à comissão, aprovado na reunião plenária de 9 de fevereiro de 2022, fundamentando-se na necessidade de nova análise face à apresentação de uma substituição integral da iniciativa em análise por parte do Grupo Parlamentar do PS.

Neste seguimento, refere o proponente, em sede de exposição de motivos, que “A pesca nos Açores funciona como motor social e económico, proporcionando segurança alimentar, emprego e muitas outras vantagens pelo efeito multiplicador nas economias locais.

A pesca artesanal ou de pequena escala está profundamente enraizada nas comunidades, tradições e valores em cada uma das 9 ilhas.

A fileira da pesca tem um importante impacto no Produto Interno Bruto dos Açores, no emprego e é um sector exportador por excelência.

A preservação dos diversos níveis e componentes naturais da biodiversidade, como vetor de uma política de desenvolvimento sustentável, tem adquirido uma importância primordial à escala regional, nacional e internacional.

Neste enquadramento, aquando da elaboração de estratégias regionais de exploração de recursos naturais, deve ser tida em conta a sensibilidade dos habitats e espécies que se distribuem na área marinha em torno dos Açores, dada a importância que representam para o desenvolvimento económico e social desta Região Ultraperiférica.

A zona marítima dentro das 200 milhas marítimas em torno dos Açores tem 954.496 km², sendo que nestas águas apenas 8.618 km² (0,9%) possuem profundidades disponíveis para a pesca, inferiores a 600 metros. Estas áreas menos profundas, de maior produtividade, mas altamente sensíveis, estão situadas ao redor das ilhas e, de forma dispersa, em bancos de pesca e montes submarinos.

Pelo impacto social e económico em contextos de alteração drástica do acesso aos recursos, como o da pandemia, torna-se indispensável criar medidas de adaptação provocada pela perda de rendimentos, garantindo aos profissionais do setor meios de subsistência para fazer face às necessidades básicas das suas famílias.



O ano de 2021 fechou com o bom registo na primeira venda, mas para atingir esse resultado foi necessário aumentar a pressão sobre os recursos, pelo que se verificou a quebra significativa no preço médio, não sendo este o caminho mais consentâneo com a urgência em pescar menos e vender melhor. O mote é uma aposta que vingou nas opções tomadas nos últimos anos.

Mesmo assim, registam-se enormes quebras de rendimento no segmento de frota que se dedica à captura de lulas. Em 2021 os moluscos, em primeira venda, significaram menos 35% do que no ano anterior, sendo essa diferença muito maior quando comparado com 2019 (-71%).

Considerando a fragilidade dos ecossistemas e dos recursos marinhos, que acrescentam à pressão da pesca, fenómenos como as alterações climáticas e o aquecimento global progressivo ou a alteração das rotas migratórias de algumas espécies, também passíveis de provocarem quebra drástica de rendimentos;

Considerando a forte dependência de uma só fonte de receita de grande parte da classe piscatória, que a torna vulnerável, com dificuldade na adaptação a novos sectores que oferecem oportunidades de reconversão ou diversificação de rendimento, que permita enfrentar cenários como a pandemia que vivemos;

Pretende-se, por isso, a criação de um apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores dos Açores, tendo como referência o salário mínimo regional e que promova as condições para a valorização profissional dos ativos da pesca, contribuindo assim para atenuar as dificuldades em contextos como os que os profissionais do sector estão presentemente a enfrentar” e propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional: “1. Faça um levantamento das quebras de rendimento nos últimos 3 anos por segmentos de frota, incluindo os que se dedicam à pesca da lula e do chicharro; 2. Crie um apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores afetados que permita minimizar o impacto da pandemia na atividade do setor, nomeadamente nesses segmentos de frota; 3. Que o apoio referido no número anterior tenha como referência o salário mínimo regional”.



PROCESSO EM ANÁLISE

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder às audições da Federação de Pescas dos Açores e do Porto de Abrigo, OP de Pesca, CRL, que decorreram no dia 28 de março de 2022, bem como do Secretário Regional do Mar e Pescas, que decorreu no dia 23 de maio de 2022.

Deliberou, de igual modo, a Comissão de Economia de solicitar pareceres escritos aos Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores e dos Pescadores da Ilha Terceira, às associações do setor das pescas dos Açores, bem como à Cooperativa Económica Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente, ao Porto de Abrigo, OP de Pesca, CRL, e à Federação das Pescas dos Açores.

- **Audição da Federação de Pescas dos Açores:**

O Presidente da Federação de Pescas dos Açores, no início da sua intervenção, disse ser a favor de que deve ser aprovado o projeto de resolução.

Apelou aos Deputados para fazerem um exercício relativamente aos dados das descargas. Esclarecendo, esclarecendo que para a Federação os valores e a forma como são calculados, devem ser feitos de uma forma diferente, não no conjunto de todas as descargas efetuadas na Região, mas por segmento de frota e, em algumas situações, por ilha. Acrescentou, também, que se deve retirar deste valor das descargas, a pesca do atum.

Informou que houve um apoio, dado no âmbito da pandemia, na Região da Madeira, e esteve muito acima daquilo que foi pago aos pescadores do Açores.

Desde 2019, todos os apoios que foram dados no âmbito do COVID aos pescadores Açorianos, ficaram de fora os armadores, o que constitui, na sua ótica, uma injustiça.

Referiu que no âmbito do COVID foram atribuídos apoios a empresas da economia regional, quer seja em compensação de juros ou outros, mas isto não trouxe qualquer benefício para a pesca.



Explicou que na compensação de juros, a maior parte das vezes os armadores não tiveram condições para contrair esses empréstimos.

O Deputado Rui Martins, recordou os dois primeiros pontos resolutivos, nomeadamente que se faça um levantamento sobre os rendimentos nos vários segmentos de frota e especificamente naqueles que se dedicam à pesca da lula e do chicharro.

Perguntou de considera que isso faz sentido e se estava a falar de dois segmentos de frota que possam ter sido os mais afetados.

O Presidente da Federação de Pescas dos Açores disse que não estava de acordo com a questão de exclusividade, considerando que os pescadores da Região foram todos afetados e não apenas alguns.

No entanto refere que, havia, de facto, uma arte de pesca que é mais prejudicada, que foi mais prejudicada, e continua a ser, que é a dos chicharreiros.

Já relativamente à lula, a situação também é crítica, mais em algumas ilhas do que outras. Confirma que houve escassez desse recurso, em 2020 e 2021, mais na ilha de São Miguel.

O Deputado Jaime Vieira perguntou, desde o início da pandemia até à atualidade, como é que via a evolução dos rendimentos nos pescadores, a nível geral e também nestas duas artes.

Perguntou se acredita que esse apoio deve se manter, se a toda a fileira ou se fazia sentido fazer este estudo primeiro para perceber se o apoio deve ser extensível a todas as artes ou apenas a essas duas.

O Dirigente disse não ser fácil estender o apoio apenas a uma arte de pesca pois pode gerar conflitos no sector. “É uma situação que achamos que deverá ser evitada”, referiu.

No entanto, continua a afirmar que é nestes dois segmentos, de facto, onde se verifica que existe maior quebra de rendimentos. Por isso, considera que todos os apoios que foram dados ficaram aquém daquilo que, efetivamente, os pescadores foram lesados, por isso, acha que seria justo que esse apoio fosse dado não apenas a esta frota, mas a todos em geral.



Sobre a evolução dos rendimentos dos pescadores, o Dirigente referiu que 2019 a 2021 foram anos críticos, reconhecendo que em 2021 já registou uma recuperação, relativamente aos anos anteriores.

O Deputado Mário Tomé perguntou, relativamente à pesca do atum, de que forma é que os armadores de atum estão preparados para encarar a nova safra. E se não teria achado conveniente ter sido emitido licenças salto e vara para permitir que a pequena frota, especialmente os luleiros, que quisessem optar por essa área poderem usufruir de outros rendimentos.

O Presidente da Federação de Pescas dos Açores, sobre a questão do atum, disse que, ao contrário do que acontecia em anos anteriores, a safra está muito limitada para as pequenas embarcações, porque a indústria rejeita comprar pescado das embarcações de boca aberta, devido à falta de condições. Na sua opinião, é por isso que o registo de descargas de atum que houve em 2021 foi muito reduzido em relação a outros anos.

Acrescentou que a Direção Regional das Pescas tem retirado artes de pesca e há muitas embarcações que vão deixar, aliás já deixaram de ter essa arte de pesca em 2022, sendo este um assunto com o qual a Federação das Pescas não concorda, tendo, inclusivamente, feito chegar essa indignação a quem de direito.

A arte de salto e vara tem de ser revista nas licenças de pesca com alguma atenção porque há embarcações que podem pescar, podiam e deviam pescar, no entanto, estão inibidas de ter esta arte de pesca.

Sobre a nova safra, diz estar apreensivo, não só para o atum, no que diz respeito aos combustíveis, porque os preços subiram, mas o preço do atum baixou, não tendo dúvida que há embarcações que não vão conseguir trabalhar o ano todo com o preço dos combustíveis.

Nos contactos que tem tido, quer seja com os compradores de pescado em fresco, quer seja com a indústria conserveira, não se prevê que haja aumentos que venham compensar todas essas despesas que estão a ter.

Em termos de mercados internacionais, a perspetiva, relativamente ao atum patudo, é que não haverá aumentos significativos. Sobre o atum voador, espécie que estava a ter valores interessantes em 2020 e 2021, prevê-se que vai manter-se em 2022.



Relativamente às descargas de goraz dessas embarcações, confirma-se que há um decréscimo.

O Deputado Mário Tomé, relativamente aos custos de produção, pediu a média de gastos com combustível numa safra normal, durante um ano e qual é o custo agora.

O Presidente da Federação de Pescas dos Açores disse que numa safra de atum, isso flutua de ano para ano, explicando que se uma embarcação pescar o ano todo numa mancha, de certeza que vai ter muito menos despesa com combustível.

No entanto, disse que uma embarcação, em média, tem de abastecer cerca de 100 a 130 toneladas de combustível. O custo de combustível deve rondar os 75%.

Relativamente aos palangreiros, o custo do combustível é um custo de toda a tripulação e não apenas do armador.

Por fim, disse que estavam apreensivos relativamente às despesas com os combustíveis e às receitas referentes às vendas em lota.

- **Audição do Porto de Abrigo, OP de Pesca, CRL:**

O Representante da Direção da Porto de Abrigo começou por referir que um dos problemas que está a afetar a pesca, de uma forma geral, é a limitação dos recursos, onde há uma diminuição das capturas, sendo que esta não é compensada nas espécies com maior importância no rendimento dos pescadores pelo aumento dos preços. Os custos de exploração são cada vez mais elevados, especialmente a questão dos combustíveis, e há outras espécies que tem mesmo um problema de diminuição de preço de primeira venda.

Chamou à atenção a pesca dirigida aos pequenos pelágicos na ilha de São Miguel, que representa, em termos de rendimento de uma comunidade entre 150 a 200 pescadores, cerca de entre 10 a 12 embarcações, contra tripulações de 10 pessoas.

Em termos de preço de primeira venda, passaram de um preço médio, 1,75 euros, para um preço médio, em 2021, de 1,47 euros, significando uma quebra de rendimentos.



Depois acrescentou o problema das reformas, em que o valor médio das reformas dos pescadores é, na maioria, cerca de 430 euros. O complemento regional é à volta de 60 euros (cerca de 65 euros).

Mas existe um outro problema, segundo o Representante da Direção, que está relacionado com o DLR n.º 3 de 2017/A, datado 13 de abril, achando que seria importante revogá-lo, porque este decreto faz com que o pagamento do complemento só seja efetuado desde que os pescadores não tenham rendimentos complementares e, do ponto de vista prático, armadores que, em geral, são donos de embarcação, por exemplo por ser proprietário da embarcação e estar classificado como empresário, deixa de ter direito ao complemento.

A proposta que fazem era que o decreto que estabelece o complemento deveria prever um aumento, além do complemento, os 200 euros por tripulante, de forma a aproximar o regime praticado nos Açores, ou o valor pago aos reformados nos Açores, e aproximar dos valores pagos do Continente.

O Deputado Jaime Vieira perguntou como aquela organização tem sentido a evolução dos rendimentos dos pescadores desde o início da pandemia e se na atualidade os efeitos da pandemia ainda se fazem sentir nos pescadores Açorianos.

O Representante da Porto de Abrigo disse que em 2010 o volume da primeira venda foi de 19.290.268 quilos, correspondendo a um valor de 39.549.945 euros. Em 2021 a captura tinha descido para 11.176.558 quilos, com um valor de 36.725.433 euros. Segundo o Dirigente Associativo as oscilações ocorrem sobretudo nas espécies que são altamente migratórias, como é o caso do atum. Neste período de 11 anos há quebras que não se devem há quebra de valor das espécies de profundidade, as não migradoras, mas resultam sobretudo da diminuição das capturas dos atuns.

Perguntou, de forma retórica, “porque não variar para outras espécies?”. Na sua opinião é impossível, porque não há possibilidade de alteração das licenças, pois isso implicava um aumento do esforço de pesca sobre as espécies demersais, acrescentando que há um excessivo número de espécies sujeitas a regime de quotas por iniciativa da Região, muitas das quais a sua organização discorda.



O Deputado Rui Martins começou por perguntar, no seguimento do presente diploma do PS, que diz que se faça um levantamento das quebras nos últimos 3 anos, nos vários segmentos de frota, especificamente a pesca da lula e do chicharro, se faz sentido que se crie o tal apoio extraordinário especificamente para esses dois segmentos.

Sobre a questão dos mercados, em que medida é que também conseguem adequar a extração à procura.

O Representante da Direção da Porto de Abrigo exemplificou com o caso da lula, afirmando que tem mercado garantido e, no entanto, sofreu reduções nos preços e talvez seja das espécies que mais sofreu os efeitos da pandemia e que funciona como um complemento quando as quotas do outro tipo, como é o caso do goraz, ficam esgotadas, acrescentando que esta captura dispensa praticamente isca, tendo, por isso, poucos custos de exploração.

Já o chicharro, que se destina ao mercado interno, disse que é afetado há muitos anos. A globalização dos mercados, uma coisa que se fez sentir, sobretudo depois do ano 2000, contribuiu para isso. Essa globalização terá influenciado na redução do consumo, mas só mexeu com algumas espécies, não mexeu com a cavala por exemplo, porque há um mercado interno para este tipo.

Também houve uma falta de estratégia para compensar isso, nomeadamente ter nas escolas uma parte do pescado que tem de ser abastecido, podendo isso ajudar a garantir um mercado.

A pesca dos pequenos pelágicos foi reduzida, há muito tempo, para 4 dias por semana, por isso talvez faça sentido reduzir para 3 dias por semana, porque de facto há um grande volume de pescado que não se está a vender, tendo essa redução de ida para o mar uma vez por semana ser compensada com um valor razoável.

O Deputado Rui Martins quis saber se o pescado podia ser pescado de forma a adequar à procura.

O Representante disse que apresentaram uma proposta concreta para diminuir a quantidade colocada à venda, reduzindo de 4 para 3 dias por semana.

O Deputado Mário Tomé perguntou em que situação é que está a carta de compromisso entre o Governo e a produção e de que forma esta solução pode ser resolvida.



O Representante da Direção da Porto de Abrigo disse que o problema da redução do mercado do chicharro está ligado à entrada, em grande quantidade, de produtos da pesca importados congelados, acrescentando que os hábitos alimentares também mudaram, daí, por exemplo, nas propostas que apresentaram e vertidas na Carta de Compromisso, pede que haja orientações do Governo no sentido das cantinas públicas sejam obrigadas a abastecer-se parcialmente de espécies dos Açores.

O Representante da Porto de Abrigo refere, ainda, que o problema da redução do mercado do chicharro está ligado com a entrada, em grande quantidade, de produtos da pesca importados congelados.

Os hábitos alimentares também contam e, por exemplo, nas propostas que fizeram, e que estão consagradas na Carta de Compromisso, pede-se que o Governo dê orientações no sentido de as cantinas públicas sejam obrigadas a abastecer-se parcialmente de espécies dos Açores.

- **Audição do Secretário Regional do Mar e Pescas:**

O Secretário Regional do Mar e das Pescas prescindiu da apresentação inicial e colocou-se à disposição da Comissão para eventuais esclarecimentos.

O Deputado Mário Tomé referindo-se ao projeto de resolução em análise, disse que na sua opinião, continua a ser válido, pretendendo se o Secretário Regional do Mar e Pescas subscreve a urgência de se tomarem medidas para fazer face às dificuldades que se vive e de que forma pode ser feita.

O Secretário Regional, relativamente ao referido nos considerandos da iniciativa e o facto de serem identificados a lula e o chicharro, o Governo pensa que se houver necessidade de apoiar todas as vezes que haja diminuição de captura de uma determinada espécie, ou seja, fazer condicionar os apoios às capturas de determinadas espécies, “teríamos aqui uma autêntica caixa de pandora”.

Segundo o Governante, é preciso começar a redefinir, ou pelo menos a ter em conta, a fileira da pesca como um todo, mas também porque há situações diferentes e estas merecem ser tratadas de forma diferente.



Quanto aos considerandos do projeto de resolução, a postura é de que, havendo o projeto e sendo aprovado tem, o Executivo, de fazer cumprir dentro daquilo que for determinado pela própria Assembleia e o que forem os critérios que possam estabelecer, concluindo que a sua posição é de dar mais àqueles que mais precisam.

O Deputado Mário Tomé, referiu que gostaria que o Secretário Regional fosse um pouco mais longe nas respostas, porque o ponto 2 cria um apoio extraordinário aos pescadores afetados que permita minimizar o impacto da pandemia naquela atividade e naqueles segmentos de frota, nomeadamente na questão do combustível.

O Secretário Regional disse que havia alguma dificuldade em contabilizar os armadores no computo regional e é neste sentido que estava a tentar definir o que são os profissionais da pesca.

Relativamente aos combustíveis, o Governo, desde que começou o conflito na Ucrânia, tem estado atento e acompanhando a situação com o Governo da República. Já por várias vezes manteve contacto com a Secretaria de Estado das Pescas e estão com um documento praticamente preparado à espera de saber qual o regulamento comunitário que será, no fundo, utilizado de forma a dar resposta a este aumento do preço dos combustíveis, garantindo que assim que tiverem, da parte da gestora do MAR2020, a definição de qual o regulamento comunitário, irão publicar este apoio.

O Deputado Jaime Vieira perguntou, atendendo a que já se passou um ano da elaboração deste projeto de resolução, se acredita que atualmente este apoio continua a ser importante para os pescadores referenciados no diploma.

Perguntou, ainda, se o acordo com os chicharreiros, feito recentemente entre as diversas partes, vai melhorar, ou não, o rendimento dos pescadores desta arte.

O Secretário Regional disse que a pesca do chicharro é uma arte que passa significativamente por alguns constrangimentos, sendo certo que o problema tem maior equidade na ilha de São Miguel e também na Terceira, considerando ser mais simples resolver a questão na ilha Terceira.

Disse que o Governo tem tentado que haja aqui um sistema de cogestão em que eles próprios estejam envolvidos e que consigam o melhor preço para o seu pescado, sendo o compromisso assegurar um preço de retirada, ou seja, não comercializar em lota chicharro com valor inferior



a 1 euro, ou seja, se o valor do leilão do chicharro não atingir 1 euro, há retirada e o chicharreiro tem assegurado esse valor.

Ultimamente tem-se assistido a um aumento significativo do preço, em primeira venda, do chicharro. Falou que têm tentado que os chicharreiros façam isco vivo para os atuneiros, evitando assim que os atuneiros se aproximem demasiado de terra.

A par disto, também estão a tentar que existam novos mercados para o chicharro, de forma a valorizar o chicharrinho, que tem características próprias e não existe no continente, por isso estão a tentar arranjar novos mercados para esta espécie.

“Se se conseguir novos mercados estamos disponíveis para alterar a portaria com os limites máximos de captura, ou seja, não faz sentido limitarmos as capturas a 300 quilos e se dissermos que não se pode pescar ao fim de semana”, referiu, acrescentando que esta espécie não está identificada com problemas em termos de sustentabilidade.

O Deputado Paulo Gomes pediu os dados relativamente aos valores de taxa de lota não cobrados 2020 e 2021 e que são efetivamente um apoio.

Perguntou se ainda estava em vigor a não faturação do gelo aos pescadores e armadores, como na época de pandemia e quais os valores que os pescadores beneficiaram com o não pagamento de gelo durante aqueles períodos. Perguntou ainda o que tem sentido da parte das associações relativamente aos apoios aos pescadores.

O Deputado Mário Tomé perguntou se a Região fez este levantamento do impacto do aumento de combustíveis na pesca.

O Deputado Paulo Estevão perguntou se tinha uma perceção em relação à evolução dos preços que estão a ser praticados. Relativamente ao escoamento da produção e ao avião cargueiro que permitirá escoar mais rapidamente, perguntou qual o impacto que prevê relativamente a essas matérias.

O Governante, sobre os valores, afirmou que desde março de 2020 o Governo isentou as taxas de lota como uma medida para combate à crise da pandemia. Durante todo o ano de 2020 a Lotação prescindió de 2.411.453,14 euros ficando o Governo Regional, através de contrato-programa, de avançar com essa quantia. Em 2021, manteve-se a isenção de taxa de lota (à



exceção de um pequeno período em que se voltou a introduzir taxas de lota a 50%), e fez-se uma alteração na própria portaria, que representou 2.809.240,18 euros de isenções.

Sobre as associações, a Secretaria do Mar e das Pescas tem serviço em algumas ilhas, e nas outras ilhas está dependente do movimento associativo para obtenção de candidaturas para os subsídios, em articulação com a Direção Regional das Pescas. Acrescentou que são competentes, especialmente na parte administrativa.

Sobre os critérios, falou que poderão ser geográficos, mas, se calhar, teriam de considerar as duas comunidades piscatórias referidas, mas considerar apenas duas espécies, a lula e o chicharro, pensa que pode vir a ser, a médio a longo prazo, um pouco complicado.

Referiu que num ano que não tiver atum, é preciso rever melhor os critérios, discordando relativamente à questão do combustível e da pertinência desta resolução relativamente a isso.

Como já tinha referido, desde a invasão da Ucrânia, o Governo Regional está atento ao aumento dos combustíveis e tem tomado algumas medidas, só que relativamente ao gasóleo pesca é praticamente impossível mexer no imposto petrolífero porque já não está sujeito a esse imposto. “O que nós fizemos, em colaboração com a Secretaria de Estado e com a Doutora Dina Ferreira, do MAR2020, foi um levantamento em relação a 2019 e o levantamento que temos neste momento é de cerca de um apoio que terá de ser dado para compensar precisamente o aumento do combustível, um apoio que rondará um milhão e meio de euros”, referiu.

Relativamente a este assunto, assumiu que já tem a portaria ultimada, mas precisa da cobertura orçamental, acrescentando que conta, em breve, anunciar esta medida de apoio.

Sobre as questões do Deputado Paulo Estevão, referiu que o aumento de pescado é notório, que existem espécies que têm sido mais valorizadas e isso tem ajudado a colmatar também alguma falta de capturas em algumas das espécies, acrescentando que contam, também, com a retoma do mercado interno.

Se for necessário proceder a escoamento, pensa que o avião cargueiro terá um papel muito importante. Referiu que existem conversações, já há algum tempo, com a Azores Airlines, no sentido de aumentarem a capacidade de carga para mais cerca de 2 toneladas diárias de forma a, na época alta, conseguir-se escoar com níveis de qualidade o pescado dos Açores e depois proceder a venda em estabelecimentos comerciais do continente a preços compensadores.



Sobre o preço do pescado, este ano as notícias relativas aos preços internacionais do atum este irá aumentar cerca de 50%.

A Comissão de Economia rececionou os pareceres escritos que abaixo se elencam:

- Sindicato Livres dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores
- Associação de Pesca de Rabo de Peixe
- Associação dos Pescadores e Armadores da Ilha das Flores
- Associação de Pescadores Graciosenses
- Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Pico

SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

PS: Vota a favor da iniciativa e do relatório.

PSD: O GPPSD aprova o relatório e abstém-se com reserva para plenário no que se refere à iniciativa.

CDS-PP: O GP do CDS-PP vota favoravelmente o relatório e, quanto à iniciativa, adopta a posição de abstenção.

CH: Não emitiu posição.

PPM: Não emitiu posição.

IL: Não emitiu posição.

PAN: Não emitiu posição.

O DEPUTADO INDEPENDENTE: Aprova o relatório e reserva a posição para plenário.

VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.



O Grupo Parlamentar do PSD emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O Deputado Independente emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para plenário**, relativamente à presente iniciativa.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e a abstenção do PSD, CDS-PP e do Deputado Independente, com reserva de posição para Plenário, emitir **parecer favorável**, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

Graciosa, 22 de junho de 2022.

O Relator

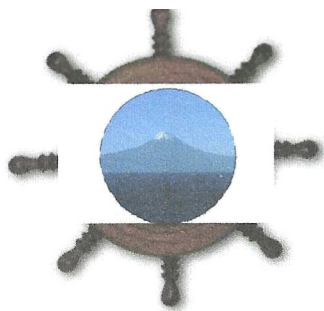
(Wilson Ponte Gomes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório são anexos os pareceres escritos.

O Presidente

(José Ávila)



Exmº. Sr.
Presidente da Comissão Permanente de Economia

Madalena do Pico, 17:08

N/ Ref. 010/2022

ASSUNTO: PARECER SOBRE O PROJETO RESOLUÇÃO N.º 64/XII - APOIO EXTRAORDINÁRIO AO RENDIMENTO DOS PESCADORES

A Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Pico, vem por este meio e em resposta ao vosso ofício nº S/602/2022-03-01, com data de 1-3-2022, dar parecer favorável ao projeto resolução nº 64/XII – Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Direção



(Norberto Pereira Serpa)

Maura Soares

Assunto: Pedido de parecer sobre o Projeto Resolução n.º 64/XII - "Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores"

De: pescadoresgraciosa@gmail.com <pescadoresgraciosa@gmail.com>

Enviada: 29 de março de 2022 12:45

Para: app <app@alra.pt>

Assunto: FW: Pedido de parecer sobre o Projeto Resolução n.º 64/XII - "Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores"

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, o Sr. Deputado Sérgio Ávila

A Associação de Pescadores Graciosenses vem por este meio, dar o seu parecer favorável, ao Projeto de Resolução nº 64/XII – “Apoio ao rendimento dos Pescadores” sendo que no caso específico da Ilha Graciosa não ter nenhuma embarcação que se dedique como atividade principal a pesca de lula e do chicharro.

Sem outro assunto de momento
Com os melhores Cumprimentos,
Associação de Pescadores Graciosenses
O presidente da Direção
José Eduardo Pereira da Silva



De: Narselia Bettencourt <nabettencourt@alra.pt>

Enviada: 1 de março de 2022 17:24

Para: pescadoresgraciosa@gmail.com

Assunto: Pedido de parecer sobre o Projeto Resolução n.º 64/XII – “Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”

Exmo. Senhor Presidente da Associação de Pescadores Graciosenses,

Encarrega-me o Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, o Sr. Deputado Sérgio Ávila, de remeter o ofício n.º 602/2022.

Com os melhores cumprimentos,

Narsélia Bettencourt
Assistente Técnica

Maura Soares

De: José Azevedo <apaiflores@gmail.com>
Enviado: 15 de março de 2022 13:08
Para: Assuntos Parlamentares
Cc: apflorentinos@gmail.com
Assunto: Fwd: Pedido de parecer sobre o Projeto Resolução n.º 64/XII – “Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”
Anexos: S602_Associações.pdf; Iniciativa 2.pdf

Exmos senhores

Em resposta ao vosso email e ofício S/206/2022-03-01, vimos por este meio comunicar que o parecer da APAIF - Associação de Pescadores e Armadores da Ilha das Flores é favorável ao projeto de resolução n.º.64/XII de apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores, conforme solicitado.

Com os melhores cumprimentos,
José Azevedo
Presidente da Direção

----- Forwarded message -----

De: Narselia Bettencourt <nabettencourt@alra.pt>
Date: terça, 1/03/2022 à(s) 17:18
Subject: Pedido de parecer sobre o Projeto Resolução n.º 64/XII – “Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”
To: apaiflores@gmail.com <apaiflores@gmail.com>

Exmo. Senhor Presidente da Associação dos Pescadores e Armadores da Ilha das Flores,

Encarrega-me o Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, o Sr. Deputado Sérgio Ávila, de remeter o ofício n.º 602/2022.

Com os melhores cumprimentos,

Narsélia Bettencourt

Assistente Técnica

Fátima Santos

Assunto: FW: Pedido de parecer sobre o Projeto Resolução n.º 64/XII – “Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”

De: APRAP Associação <ap.raboixe@gmail.com>

Enviada: 11 de março de 2022 09:23

Para: Narselia Bettencourt <nabettencourt@alra.pt>

Assunto: Re: Pedido de parecer sobre o Projeto Resolução n.º 64/XII – “Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”

Bom dia,

A APRAP é de opinião que se deverá proceder ao apoio extraordinário à pesca, pelo que o nosso parecer é favorável.

Obrigada pela atenção,

Melhores Cumprimentos
Catherin Maiato



Rua Padre João Jacinto de Sousa n.º 7-A
9600-136 Rabo de Peixe
Telefone: 296492629 Telemóvel: 914242899

Narselia Bettencourt <nabettencourt@alra.pt> escreveu no dia terça, 1/03/2022 à(s) 17:29:

Exmo. Senhor Presidente da Associação de Pesca de Rabo de Peixe,

Encarrega-me o Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, o Sr. Deputado Sérgio Ávila, de remeter o ofício n.º 602/2022.

Com os melhores cumprimentos,

Narsélia Bettencourt

Assistente Técnica



Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores

Sindicato Livre dos Pescadores
Rua Infante D. Henrique, n.º 14
9600-130 Rabo de Peixe

Exmo. (a) Sr. (a)
Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Assunto: Proposta de Apoio Social aos Pescadores

Devido à quebra de rendimentos dos pescadores no âmbito da pandemia, este Sindicato dá parecer favorável à atribuição dum apoio social a todos os homens do mar e seus agregados familiares, à semelhança da sensibilidade evidenciada há um ano e meio atrás.

Rabo de Peixe, 3 de março de 2022

Com respeito e consideração,

Pela Direção


Luis Carlos Brum
